

CLIPPING - NOTÍCIAS DA SEMANA (17/09/2026 A 23/09/2026)

MINERAÇÃO

• **ANM abre consulta pública sobre critérios para servidão mineral e desapropriação**

Minuta regulamenta a Declaração de Utilidade Pública e define parâmetros para intervenções em imóveis necessários à pesquisa e à lavra

A Agência Nacional de Mineração (ANM) abriu a Consulta Pública nº 03/2026, até 5 de novembro, para receber contribuições à minuta que disciplina os procedimentos e critérios para emissão da Declaração de Utilidade Pública (DUP) relacionada à atividade mineral. O documento poderá fundamentar ações judiciais de instituição de servidão mineral ou de desapropriação por utilidade pública quando houver necessidade de utilizar imóveis de terceiros para a instalação de estruturas ou serviços indispensáveis à pesquisa ou à lavra. Entre as mudanças propostas estão a substituição do antigo laudo técnico de servidão pela DUP, a retirada da obrigatoriedade de vistoria e o reconhecimento de que as hipóteses previstas no Código de Mineração para declaração de utilidade pública não são taxativas, desde que a intervenção seja justificada e indispensável.

Outro objetivo da proposta é dar mais uniformidade e previsibilidade à análise dos requerimentos. Para isso, a minuta fixa a documentação mínima exigida, prevê as situações em que o pedido será indeferido, estabelece validade de cinco anos para a DUP e dispensa a tentativa prévia de acordo como requisito para o pedido. O texto também separa com clareza as duas figuras, sendo elas a servidão mineral, a qual se aplica quando a restrição ao imóvel é parcial, e a desapropriação, quando a atividade exige o uso pleno e exclusivo da área. Assim, a DUP não é condição para o ajuizamento dessas ações, mas, segundo a ANM, pode dar mais consistência à fundamentação do pedido. As contribuições podem ser enviadas até 5 de novembro de 2026.

Fonte: [Link](#)

- **Mineração avança no uso de inteligência artificial e automação, mas esbarra na falta de mão de obra qualificada**

Caminhões autônomos, monitoramento remoto de barragens e modelos preditivos aumentam a segurança e a produtividade, enquanto o setor tem dificuldade para formar e reter profissionais especializados

A adoção de inteligência artificial, automação e equipamentos autônomos vem transformando as operações de mineração no Brasil, com impactos especialmente relevantes sobre a segurança. O tema foi discutido no Seminário Inovação Aplicada à Mineração, promovido pela *Folha*, que reuniu representantes de empresas, entidades do setor e academia. Entre os exemplos apresentados estão caminhões autônomos de grande porte, sistemas de monitoramento geotécnico operados remotamente e modelos preditivos de IA aplicados ao acompanhamento de estruturas de disposição de rejeitos. Na Samarco, por exemplo, milhares de instrumentos monitoram continuamente a disposição de rejeitos filtrados e empilhados, com apoio de modelos preditivos.

A transformação tecnológica, porém, traz novos desafios para o setor, especialmente em relação à formação de profissionais e à definição de responsabilidades em operações automatizadas. Especialistas destacaram a dificuldade de atrair mão de obra preparada para operar sistemas cada vez mais autônomos, enquanto universidades relatam a migração de engenheiros de minas para outras áreas, como o mercado financeiro. Também permanece em discussão o enquadramento jurídico de acidentes envolvendo equipamentos autônomos, diante da necessidade de definir a responsabilidade entre operadores, fabricantes e desenvolvedores de software em caso de falhas.

Fonte: [Link](#)

- **Estudo aponta que mineração eleva PIB e arrecadação de municípios goianos, mas alerta para o desafio de garantir desenvolvimento duradouro**

Levantamento associa a atividade mineral a um crescimento adicional de 32,86% no PIB municipal e aponta a gestão da CFEM, a diversificação econômica e a agregação de valor como pontos de atenção

Segundo o estudo “Goiás em Dados – A Influência da Mineração no Estado de Goiás”, realizado pelo pesquisador do CNPq e diretor do Instituto Mauro Borges (IMB), Erik Figueiredo, a

atividade mineral está associada a um crescimento adicional estimado de 32,86% no PIB dos municípios goianos com mineração estratégica. O levantamento examinou 82 indicadores em seis municípios e identificou também aumento de 29,95% na arrecadação de impostos e, em média, cerca de 2 mil vínculos formais de trabalho a mais. Os efeitos chegam à construção, ao comércio e aos serviços. Porém, os indicadores sociais não evoluíram de maneira uniforme.

Outro ponto destacado é a necessidade de planejamento para reduzir a dependência econômica dos municípios em relação à mineração, considerando que as jazidas são recursos finitos. A arrecadação de CFEM e de tributos durante o período de exploração pode contribuir para estimular outras atividades econômicas e ampliar a capacidade de diversificação dos municípios, preparando-os para o período posterior à redução ou ao encerramento da produção. O estudo também ressalta as oportunidades para Goiás diante da crescente demanda por minerais estratégicos, como cobre, níquel, fosfato, terras raras e nióbio, e aponta como desafio a ampliação do processamento e da agregação de valor desses recursos no próprio Estado.

Fonte: [Link](#)

PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS

- **ANP aplica mais de R\$ 200 milhões em multas por aumentos abusivos nos preços de combustíveis**

Em alguns processos, a Agência constatou que as margens brutas das distribuidoras subiram mais de 1.350%

A Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) aplicou mais de R\$ 200 milhões em multas a distribuidoras de combustíveis depois de concluir, em decisões administrativas de primeira instância, que houve elevação abusiva de preços. Em alguns dos processos, as margens brutas das empresas cresceram mais de 1.350%.

As condutas punidas ocorreram durante a vigência das Medidas Provisórias nº 1.340/2026 e nº 1.349/2026, e as distribuidoras ainda podem recorrer, nos termos das normas da Agência. Ainda, outros processos relativos ao mesmo período continuam em análise, envolvendo distribuidoras e revendedores de combustíveis e de GLP.

Fonte: [Link](#)

- **ANP, Senacon e Procons fazem operação conjunta de fiscalização de combustíveis em 13 estados e no DF**

Equipes verificam preços, qualidade e quantidade dos combustíveis, regularidade dos estabelecimentos e cumprimento das normas de defesa do consumidor

Entre 23 e 25 de setembro, a ANP, a Secretaria Nacional do Consumidor (Senacon), e Procons estaduais e municipais realizam uma operação conjunta de fiscalização do mercado de combustíveis em 13 estados e no Distrito Federal. A ação mobiliza 19 equipes da ANP e busca identificar irregularidades ao longo da cadeia de abastecimento, com atenção especial a possíveis preços abusivos e ao cumprimento das regras do setor.

Neste contexto, os fiscais verificam a regularidade dos estabelecimentos, a qualidade do combustível vendido, se as bombas entregam a quantidade correta, a adequação dos equipamentos e se os preços estão expostos da forma exigida. Ainda, podem recolher documentos e informações sobre as condições de venda e a formação dos preços, e a ANP divulgará o balanço consolidado da operação após o seu encerramento.

Fonte: [Link](#)

- **ANP contrata a B3 para modernizar as licitações de petróleo e gás**

Contrato prevê apoio técnico e a criação gradual de uma plataforma digital para os leilões de E&P, sem retirar da Agência as competências regulatórias e decisórias

A ANP contratou a B3 para prestar assessoria técnica especializada nas licitações de áreas de exploração e produção (E&P) de petróleo e gás natural, com prazo inicial de cinco anos. A B3 ficará responsável pelo suporte operacional dos certames, inclusive nos ciclos da Oferta Permanente de Concessão e da Oferta Permanente de Partilha. Dessa maneira, continuam com a Agência a definição das áreas, a elaboração dos editais, a habilitação, o julgamento, a homologação dos resultados e a assinatura dos contratos.

A contratação faz parte da modernização das rodadas de E&P e prevê o desenvolvimento gradual de uma plataforma digital para as licitações, com procedimentos mais padronizados e a possibilidade de as empresas participarem remotamente. A intenção é reduzir custos

operacionais e de logística, melhorar a rastreabilidade dos atos e facilitar o trabalho dos órgãos de controle. Por fim, a atuação efetiva da B3 nos próximos leilões ainda depende da conclusão da plataforma e de ajustes nos editais.

Fonte: [Link](#)

ENERGIA ELÉTRICA

- **Risco de El Niño intenso aumenta a preocupação com reservatórios e custos no setor elétrico**

Eventual aumento do despacho de termelétricas para poupar água nos reservatórios pode pressionar os preços no mercado livre e as tarifas de energia

O setor elétrico brasileiro acompanha as previsões para a ocorrência de um El Niño de forte intensidade, diante dos possíveis efeitos do fenômeno sobre o regime de chuvas e as temperaturas no país. De acordo com a reportagem, o Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS) tem articulado medidas preventivas com o Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico (CMSE) para proteger os reservatórios e a geração fotovoltaica. Nesse contexto, uma das alternativas em estudo é acionar mais usinas termelétricas, de modo a preservar os estoques de água e reduzir o risco ao abastecimento.

Desse modo, se o despacho térmico de fato aumentar, o custo de geração tende a subir, com reflexos nos preços do mercado livre e nas tarifas pagas pelos consumidores. O setor acompanha os indicadores climáticos e hidrológicos para ajustar as estratégias de operação à evolução do fenômeno, considerando que a intensidade e os efeitos do El Niño podem variar ao longo do período.

Fonte: [Link](#)

- **ANEEL confirma leilão de transmissão com R\$ 8,9 bilhões em investimentos**

Certame de 30 de outubro terá oito lotes em sete estados, com 1.866 km de novas linhas e ampliação da capacidade de transformação

A Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) aprovou o edital do Leilão de Transmissão nº 4/2026, que será realizado em 30 de outubro, na B3, em São Paulo. Serão ofertados oito lotes em

sete estados, com investimentos previstos de R\$ 8,9 bilhões. Os empreendimentos somam 1.866 km de novas linhas de transmissão e seccionamentos, a continuidade de 483 km de linhas já existentes e 12.694 MVA em capacidade de transformação, além da continuidade de 600 MVA e de quatro compensações síncronas.

O maior empreendimento é o Lote 4, estimado em R\$ 4,1 bilhões, com instalações em Goiás, no Paraná e em Mato Grosso do Sul. Assim, os prazos de conclusão vão de 42 a 60 meses, e a ANEEL calcula que as obras devem gerar 20.312 empregos diretos. Antes da aprovação, o edital passou por consulta pública, que recebeu 258 contribuições de 33 participantes, e foi analisado pelo Tribunal de Contas da União (TCU).

Fonte: [Link](#)

- **ANEEL aprova novas regras para custos e receitas de usinas termelétricas**

Alterações tornam permanente a sistemática de atualização do Custo Variável Unitário e ajustam a contabilização da recuperação de custos fixos no mercado de energia

A ANEEL aprovou mudanças no Módulo 16 das Regras de Comercialização e deu caráter permanente à forma de aplicação da Resolução Normativa nº 1.093/2024 às usinas termelétricas. A norma trata da aprovação, da atualização e do acompanhamento do Custo Variável Unitário (CVU) das usinas cujos contratos regulados não preveem mecanismo de reajuste do custo variável, além da Parcela de Custo Fixo (PCF). Caberá à Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE) operacionalizar as atualizações periódicas e acompanhar os efeitos econômico-financeiros dessa sistemática.

A revisão também corrige situações que poderiam distorcer a recuperação dos custos fixos. Neste sentido, foram criados parâmetros para as usinas que declaram ao ONS um CVU inferior ao aprovado pela ANEEL, justamente para evitar que os valores recuperados fiquem superestimados, e foram feitos ajustes para os casos de geração substituta por segurança energética. Com isso, a contabilização no Mercado de Curto Prazo (MCP) passa a ser compatível com a recuperação dos custos fixos, e a operacionalização provisória dá lugar a regras definitivas.

Fonte: [Link](#)

MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA (MME)

- **MME abre consulta sobre prorrogação ou relicitação de concessões hidrelétricas**

Discussão envolve concessões vencidas e a vencer, com temas como valor da outorga, alocação de riscos e continuidade da geração

O MME abriu consulta pública para discutir as diretrizes aplicáveis às concessões hidrelétricas já vencidas e às que estão próximas do vencimento, considerando as mudanças trazidas pela Lei nº 15.269/2025. A proposta examina as alternativas de licitação e de prorrogação das outorgas e trata de onerosidade, alocação de riscos, recálculo da garantia física, prazos contratuais, metodologia de cálculo do valor da outorga e eventual ressarcimento de bens reversíveis pelo Valor Novo de Reposição.

Além disso, o documento aborda a segurança de barragens, a modernização das usinas, a adequação ambiental e regulatória e o regime de Produção Independente de Energia. Dessa forma, como há outorgas prestes a vencer, o Ministério procura soluções que evitem a operação em caráter precário e garantam a continuidade da geração. As contribuições podem ser enviadas até 23 de outubro e vão subsidiar a regulamentação que tratará desses ativos.

Fonte: [Link](#)

- **EPE e MME debatem novos desafios do planejamento da geração de energia elétrica**

Integração entre geração e transmissão, expansão das fontes renováveis e efeitos das mudanças climáticas estão entre os temas que pedem novas abordagens

A Empresa de Pesquisa Energética (EPE) e o MME discutiram metodologias e desafios do planejamento da geração no terceiro módulo do Programa de Formação em Planejamento Energético e Atuação da EPE. O debate girou em torno de como expandir a oferta de energia diante da evolução da demanda e dos recursos disponíveis, buscando equilibrar segurança do suprimento, economicidade e sustentabilidade. Ainda, entraram na pauta os custos, as necessidades de energia e de potência e a forma de incorporar riscos e incertezas ao planejamento. Assim, entre os avanços metodológicos, ganhou destaque o planejamento integrado da geração e da transmissão, que permite avaliar em conjunto decisões que dependem umas das outras e os

custos de expansão da infraestrutura elétrica. Os participantes trataram, ainda, dos desafios trazidos pela participação crescente das fontes renováveis variáveis, da necessidade de um sistema mais flexível e controlável e da dificuldade de incorporar ao planejamento as incertezas associadas às mudanças climáticas.

Fonte: [Link](#)

FERNANDA
CRISTINNE ROCHA
DE
PAULA:01117993175

Assinado de forma
digital por FERNANDA
CRISTINNE ROCHA DE
PAULA:01117993175
Dados: 2026.09.25
14:33:22 -03'00'

FERNANDA DE PAULA SOCIEDADE DE ADVOCACIA

Representada por sua Sócia

OAB/DF nº 56.513

SABRINA DE ARAUJO PINTO

Estagiária de Direito